



A EDUCAÇÃO FÍSICA NÃO É MECÂNICA: REFLEXÕES A RESPEITO DA CULTURA COMO EIXO EPISTEMOLÓGICO E PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

LA EDUCACIÓN FÍSICA NO ES MECÁNICA: REFLEXIONES SOBRE LA CULTURA COMO EJE EPISTEMOLÓGICO Y PEDAGÓGICO EN LA EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR

Physical education is not mechanical: reflections on culture as an epistemological and pedagogical axis in school-based physical education

Alysson Carlos Ribeiro Gomes ¹

Samuel Estevam Vidal ²

Resumo: Este artigo objetiva problematizar os contextos de legitimação, produção e comunicação da Educação Física. O estudo realizou uma reflexão crítica a respeito de disputas onto-epistemológicas na Educação Física escolar, tensionando abordagens mecanicistas e biologicistas em favor de uma compreensão comunitária, cultural e filosófica do movimento humano. A partir de uma abordagem quanti-qualitativa, o presente estudo analisa documentos oficiais (PCNs, BNCC), dados da Plataforma Sucupira e produções acadêmicas, articulando autores como Bracht, Kunz e Betti. Identifica-se que, embora o conceito de Cultura esteja presente na legitimação, produção e comunicação científica, sua abordagem carece de consistência teórica, o que compromete a efetividade pedagógica. O estudo propõe a Cultura como eixo epistemológico da prática pedagógica, contribuindo para a revalorização da Educação Física como prática educativa plural, crítica e humanista.

Palavras-chave: Educação Física. Cultura Corporal. Epistemologia. Prática Pedagógica.

¹ Doutorando em Educação Física no Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Católica de Brasília (PPGEF/UCB). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (PPGE/UFT). Licenciado em Educação Física pela Universidade Norte do Paraná. Associado ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte-CBCE. Membro do Laboratório de Novas Tendências e Tecnologias em Educação Física-LANTTEF. Professor de carreira na rede pública municipal de ensino de Palmas-TO. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8967-2107>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2983494677310254>. E-mail: alyssonef@gmail.com.

² Doutor em Educação Física pelo Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade de Brasília (PPGEF/UNB). Mestre em Educação Física pelo Programa de Pós-graduação da Universidade de Brasília (PPGEF/UNB). Graduação em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília. Líder do Laboratório de Novas Tendências e Tecnologias em Educação Física-LANTTEF. Professor permanente no Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Católica de Brasília-PPGEF/UCB. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3036-3614>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1501704946919549>. E-mail: samuel.vidal@p.ucb.br.

Resumen: Este artículo busca problematizar los contextos de legitimación, producción y comunicación de la Educación Física. El estudio realizó una reflexión crítica sobre las disputas ontoepistemológicas en la Educación Física escolar, cuestionando los enfoques mecanicistas y biologicistas en favor de una comprensión comunitaria, cultural y filosófica del movimiento humano. Mediante un enfoque de métodos mixtos (cuantitativos y cualitativos), este estudio analiza documentos oficiales (PCNs, BNCC), datos de la Plataforma Sucupira y producciones académicas, articulando autores como Bracht, Kunz y Betti. Se identifica que, si bien el concepto de Cultura está presente en la legitimación, producción y comunicación del trabajo científico, su enfoque carece de consistencia teórica, lo que compromete la eficacia pedagógica. El estudio propone la Cultura como eje epistemológico de la práctica pedagógica, contribuyendo a la revalorización de la Educación Física como una práctica educativa plural, crítica y humanística.

Palavras-chave: Educación Física. Cultura Corporal. Epistemología. Práctica Pedagógica.

Abstract: This article aims to problematize the contexts in which Physical Education is legitimized, produced, and communicated. The study develops a critical reflection on the onto-epistemological disputes that shape school Physical Education, highlighting the tension between mechanistic and biologicist approaches and a more community-oriented, cultural, and philosophical understanding of human movement. Using a quantitative-qualitative approach, the analysis draws on official documents (PCNs, BNCC), data from the Sucupira Platform, and academic productions, establishing dialogues with authors such as Bracht, Kunz, and Betti. The findings indicate that, although the concept of Culture appears in processes of legitimation, scientific production, and scholarly communication, its treatment remains theoretically fragile, which limits pedagogical effectiveness. By proposing Culture as the epistemological axis of pedagogical practice, the study contributes to the revaluation of Physical Education as a plural, critical, and humanistic educational practice.

Keywords: Physical Education. Body Culture. Epistemology. Pedagogical Practice.

INTRODUÇÃO

A humanidade constitui-se em um âmbito cultural, sendo simultaneamente produtora e produto de conhecimentos que, organizados cientificamente em áreas, articulam-se a respectivos objetos de estudo. Esses conhecimentos reverberam em propostas curriculares, concretizadas na educação formal por meio da mediação entre saberes sistematizados e sujeitos em formação.

No Brasil, esse percurso formativo estrutura-se em cinco segmentos educacionais. São eles: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio (inclusive técnico-profissionalizante), Ensino Superior e Pós-graduação. Em síntese, se distribuem entre a Educação Básica e o Ensino Superior. Tal organização compreende milhares de instituições e cursos, sustentados por diretrizes que delimitam objetos de estudo e aplicação.

No campo da Educação Física (EF), as Diretrizes Curriculares Nacionais definem como objeto o Movimento Humano, a Cultura do Movimento Corporal e a Motricidade. Contudo, persiste um debate: a EF deve ser compreendida apenas em termos biodinâmicos e de performance, ou também como expressão cultural?

Para evitar ambiguidades conceituais, é necessário diferenciar os termos que estruturam a área. O Movimento Humano, ao ser compreendido como o objeto central da Educação Física, abrange todas as formas de deslocamento, gestos e ações corporais realizadas pelo ser humano em interação com o mundo. A Motricidade, por sua vez, refere-se às capacidades e processos que possibilitam tais movimentos, envolvendo dimensões biológicas, cognitivas e afetivas que sustentam a ação corporal. Já a Cultura Corporal diz respeito às práticas sociais e simbólicas que se constituem historicamente a partir do movimento humano, como jogos, danças, lutas, esportes e ginásticas. Estes, expressam valores, significados e modos de vida de diferentes grupos. Assim, enquanto o movimento humano representa a dimensão ontológica do corpo em ação, a motricidade traduz seus mecanismos e potencialidades, e a Cultura Corporal revela sua dimensão social e histórica. A articulação desses três conceitos evita ambiguidades e permite compreender a Educação Física como prática pedagógica que integra corpo, sujeito e sociedade.

A partir dessa diferenciação conceitual, torna-se possível compreender que o debate na Educação Física não se restringe a uma disputa terminológica, mas envolve distintas matrizes epistemológicas que orientam a prática pedagógica. De um lado, abordagens de caráter biologicista e mecanicista tendem a reduzir o movimento humano a parâmetros de desempenho e funcionalidade; de outro, perspectivas culturais e filosóficas ampliam a análise ao considerar o corpo como expressão simbólica e social. Essa tensão entre reducionismo funcional e valorização cultural constitui o núcleo das disputas que atravessam a área e fundamenta a questão central deste estudo.

Ontologicamente, a Cultura Corporal refere-se às formas pelas quais os corpos se relacionam; epistemologicamente, às manifestações sociais que se produzem e transformam. Embora presente como conceito, a produção científica da área privilegia majoritariamente a performance, relegando a dimensão cultural a um plano secundário.

Autores como Bracht (2014) e Thompson (1998) evidenciam que o movimento humano só se torna plenamente humano quando inserido em contextos simbólicos e culturais, permeados por conflitos, normas e disputas.

Nesse sentido, a educação, entendida como transmissão e reconstrução da herança cultural (Xavier, 2019), coloca em questão: de que maneira o conceito de Cultura se manifesta na legitimação, produção e comunicação do conhecimento na EF?

O artigo objetiva problematizar os contextos de legitimação, produção e comunicação da EF. O estudo examinou: dados disponíveis na Plataforma Sucupira, Parâmetros

Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), identificando como tratam a Cultura Corporal. A análise busca oferecer subsídios para reflexões futuras sobre a articulação entre teoria, prática e política curricular.

LEGITIMAÇÃO, PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO DE CONHECIMENTO NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Entre os anos de 1930 e 1945, durante o governo de Getúlio Vargas, a EF foi instituída como uma prática pedagógica voltada à formação física e moral da juventude brasileira. Nesse período, seu papel era proporcionar aos(as) alunos(as) o desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito, com vistas à constituição de sujeitos alegres, resolutos(as) e cientes de suas responsabilidades sociais (Brasil, 1938, apud Betti, 2009).

Esse percurso histórico fundamenta a atual configuração institucional da EF, revelando como práticas de legitimação se transformaram em políticas de produção científica.

Na atualidade, como já citado, as DCN's, tanto para os cursos de Licenciatura quanto de Bacharelado, delimitam os objetos de estudo da área como a motricidade humana e a Cultura do movimento corporal, abrangendo práticas como exercício físico, ginástica, jogo, esporte, lutas e dança. Neste contexto, propõe-se atender demandas sociais nos âmbitos da saúde, da educação, da formação cultural, do esporte de alto rendimento e do lazer (Brasil, 2018).

Segundo dados do Sistema E-MEC, mais de 2.500 Instituições de Ensino Superior (IES) ofertam formação inicial em EF no Brasil, sendo que parte delas também desenvolvem Programas de Pós-graduação (Brasil, 2025). A regulamentação desses programas é atribuída à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), além do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG), que estruturam o campo científico em grandes áreas do conhecimento (Carneiro; Neto; Santos, 2020).

No caso da EF, os primeiros programas de pós-graduação foram iniciados entre os anos de 1970 e 1980, com destaque para a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A USP adotou a nomenclatura “Educação Física”, enquanto a UFSM optou por “Ciência do Movimento Humano”. A partir da década de 1990, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) passou a avaliar a

efetividade dos programas, considerando critérios como clareza das linhas de pesquisa, coerência dos projetos e qualidade das atividades discentes (Brasil, 2025).

Caracterizada pela multidisciplinaridade, a área se conecta tanto com as Ciências Naturais (subárea Biodinâmica) quanto com as Ciências Humanas e Sociais (subáreas Sociocultural e Pedagógica). Historicamente inserida na grande área da Saúde (Área 21), junto à Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, a EF passa a integrar também a Área 51, criada em 2023 para contemplar os programas voltados à EF Escolar, especialmente os mestrados profissionais (Brasil, 2025).

Entre os marcos teóricos que transformaram a área, está o livro “Metodologia do Ensino da Educação Física” (1992) de autoria coletiva — Carmem Lúcia Soares, Celi Nelza Zülke Taffarel, Maria Elizabeth Medicis Pinto Varjal, Lino Castellani Filho, Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht — que, sob orientação do Materialismo Histórico-Dialético, consolidou o conceito de Cultura Corporal como eixo estruturante da prática pedagógica em EF escolar.

No mesmo período, destacam-se as contribuições do professor Elenor Kunz, que trouxe da Alemanha ao Brasil a Teoria do Se-Movimentar Humano (TSMH), de base fenomenológica. Kunz (2006, p. 78) afirma que “nenhum movimento pode ser estudado/analísado como algo em si”, pois está sempre vinculado ao ser que se movimenta e aos objetos implicados, o que reforça a perspectiva cultural e subjetiva do movimento humano.

Pondera-se que a formação inicial em EF, e sua efetivação no currículo escolar atendem o contexto de legitimação da área; a produção do conhecimento é demanda da Pós-graduação Stricto Sensu; e a comunicação se estabelece por intermédio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

MÉTODO

A partir da intenção de examinar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), identificando como tais documentos tratam a Cultura Corporal, este estudo alinha-se à pesquisa bibliográfica e documental. Diante de disputas epistemológicas entre biologicismo, materialismo e fenomenologia, optou-se por um método quanti-qualitativo capaz de captar tanto dimensões objetivas quanto subjetivas. Conforme proposição de Creswell (2007) a perspectiva quanti-qualitativa tem o intuito de interpretar dados textuais e numéricos em perspectiva analítica.

Sendo assim, o estudo caracteriza-se como exploratório, dada sua ênfase na construção de compreensão a respeito dos caminhos epistemológicos da área, sem delimitar previamente hipóteses, mas guiado por uma questão central: De que maneira o conceito de Cultura se faz presente na legitimação, produção e comunicação do conhecimento em EF?

A pesquisa bibliográfica concentra-se nas contribuições de Bracht (1995, 2014, 2023), Kunz (2006) e Betti (1994, 2009, 2024), que fornecem subsídios para a análise teórica da legitimação da área. Já a pesquisa documental analisa dados da Plataforma Sucupira e do Ministério da Educação, com foco nas linhas dos programas de Pós-graduação, além dos PCNs e da BNCC, visando identificar como a Cultura é representada e comunicada no campo educacional.

Os dados obtidos foram organizados em categorias temáticas e articulados ao referencial teórico, permitindo a identificação de lacunas e potencialidades no tratamento do conceito de Cultura na EF escolar. O diálogo entre os(as) autores(as) selecionados(as) orientou a análise e sustentou a resposta ao problema proposto.

RESULTADOS

A EF compõe o currículo escolar brasileiro desde a década de 1930 (Betti, 2009). Durante o governo de Getúlio Vargas, foi concebida como prática formativa central para a construção de sujeitos físico e moralmente sadios, ativos e conscientes de suas responsabilidades.

Na década de 1940, o professor Inezil Penna Marinho propôs nomenclaturas alternativas para a área, como “Cineantropólogo”, “Antropocinesiólogo”, “Kinesiólogo” e “Antropocineólogo” (Machado, 2024), demonstrando a busca por delimitações epistemológicas específicas para a EF.

Atualmente, a legislação vigente (DCN 6/2018) aborda o conceito de Cultura vinculando diretamente ao movimento humano, que será experienciado por intermédio das práticas de exercício físico, ginástica, jogo, esporte, lutas e dança (Brasil, 2018).

A Pós-graduação (*stricto sensu*) da EF está organizada com 98 linhas, devendo ser articuladas a partir de temáticas que devem ser submetidas a CAPES para avaliação e aprovação. Centrando a Cultura, dentre as linhas, algumas adotam denominações que explicitam a presença da dimensão cultural.

O quadro 1 deixa em evidência aquelas que trazem a dimensão cultural em suas nomenclaturas.

Quadro 1 – Linhas de pesquisa contendo a Cultura em sua identificação

PROGRAMA	IES	LINHA(S) DE PESQUISA	GRANDE ÁREA
Educação Física	USJT	1. Estudos socioculturais e pedagógicos da educação física.	Ciências da Saúde
Educação Física e Esporte	USP	1. Estudos socioculturais e comportamentais da educação física e esporte; 2. Estudos socioculturais na educação física e no esporte; 3. Estudos socioculturais e comportamentais integrativos na educação física e no esporte.	Ciências da Saúde
Educação Física	UnB	1. Aspectos socioculturais, educacionais e de promoção da saúde das práticas corporais.	Ciências da Saúde
Educação Física	UFPR	1. Aspectos socioculturais do esporte e lazer.	Ciências da Saúde
Educação Física	UFPEL	1. Estudos socioculturais do esporte e da saúde.	Ciências da Saúde
Educação Física	UFPB	1. Estudos históricos e socioculturais da educação física, esporte, lazer e saúde.	Ciências da Saúde
Educação Física	UPE/UFPB	1. Estudos socioculturais da atividade física, práticas corporais e esportes.	Ciências da Saúde
Educação Física	UFRJ	1. Práticas corporais, esporte e Cultura.	Ciências da Saúde
Educação Física e Esportes	USP/RP	1. Aspectos pedagógicos e socioculturais do esporte.	Ciências da Saúde
Ciências Do Exercício e do Esporte	UERJ	1. Abordagens psicossocioculturais do exercício físico; 1. Abordagens psicossocioculturais do esporte.	Ciências da Saúde

Fonte: Elaborado a partir da plataforma Sucupira (2025)

A distribuição regional dos Programas em EF é apresentada na imagem 1, que evidencia predominância das regiões Sudeste e Sul no cenário da Pós-graduação em EF.

Imagem 1 – Panorama da Pós-graduação em EF no Brasil (Brasil, 2025).



Fonte: Elaborado a partir de dados da plataforma Sucupira (2025).

Tratando das produções dos referidos Programas, elas resultam em dupla função: 1) alimentar discussões presentes na graduação; 2) contribuir com a articulação de documentos que regulam o trato pedagógico da EF, no campo escolar.

Dos programas, desdobram-se produções caracterizadas por subáreas. Conforme Silva et. al. (2022), elas se distribuem conforme tabela 1.

Tabela 1 – Produção do conhecimento por subárea

ÁREA	N	%
Ciências da Saúde	134	70,15
Ciências Humanas e Sociais	39	20,41
Híbrido	18	9,42

Fonte: Silva et. al. (2022).

A predominância da produção na área da saúde evidencia a hegemonia biologicista, enquanto a menor presença das ciências humanas revela a fragilidade da dimensão cultural.

Destaca-se que os estudos fenomenológicos se concentram majoritariamente na subárea das Ciências Humanas e Sociais. Nesse campo, autores(as) como Santin, Sérgio, Moreira e Nóbrega são referenciais centrais, conforme a Tabela 2:

Tabela – 2 - Autores no âmbito da Educação Física, no campo da Fenomenologia

AUTOR(A)	OBRA	ANO	BASE REFERENCIAL	CONTEXTO
Silvio Santin (Filosofia)	Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade	1987	Merleau-Ponty	Vincula-se à filosofia de Merleau-Ponty e discute corporeidade e ludicidade
	Educação Física: da alegria do lúdico à opressão do rendimento	1994		
Manuel Sérgio (Filosofia)	Filosofia das actividades corporais	1982	Nietzsche Merleau-Ponty	Transita entre Nietzsche e Merleau-Ponty ao refletir sobre motricidade humana.
	Educação Física ou Ciência da Motricidade Humana	1989		
	Motricidade Humana: contribuições para um paradigma emergente	1994		
Wagner W. Moreira (EF)	Educação física escolar: uma abordagem fenomenológica	1991	Merleau-Ponty	Aprofundam as relações corpo-movimento a partir da fenomenologia contemporânea.
Terezinha P. da Nóbrega (EF)	Uma Fenomenologia do corpo	2023	Merleau-Ponty	

Fonte: Elaborado a partir de Almeida, Bracht e Guidetti (2013)

Por fim, a análise dos documentos oficiais (PCNs e BNCC) revela variações terminológicas que expressam, mesmo que com lacunas conceituais, o vínculo entre Cultura e movimento humano. A tabela 3 consolida os termos identificados:

Tabela 3 – Terminologias correlatas à Cultura nos documentos oficiais

DOCUMENTO	MANEIRA
PCNs (1997)	Atividade Física
	Exercício Físico
	Prática Corporal
	Cultura Corporal
BNCC (2018)	Atividade Física
	Exercício Físico
	Práticas corporais
	Cultura Corporal de Movimento

Fonte: Elaborado a partir dos PCNs (1997) e BNCC (2018)

Essas variações semânticas dialogam com os conceitos apresentados por autores como Coletivo de Autores (1992), Kunz (1994) e Betti (1994), evidenciando o pluralismo conceitual que permeia a área.

DISCUSSÃO

No percurso histórico da EF brasileira, desde seu início como "Ginástica", observa-se a valorização da ordem e da hierarquia como dispositivos educativos, constituindo uma prática corporal alinhada ao discurso do poder (Soares, 2007). Essa conformação aponta para a necessidade de pensar a EF como um campo — no sentido bourdieusiano — marcado por disputas simbólicas e relações de dominação. Como destaca Martin (2022), com base em Bourdieu, o campo é atravessado por lutas objetivas e subjetivas entre agentes, grupos sociais e espaços de concorrência, solidariedade ou subordinação.

Sendo assim, as constatações deste artigo resultam demonstrar que as disputas por legitimidade na EF são atravessadas por processos históricos e relações de poder. Thompson (1998) argumenta que as relações de produção devem ser entendidas como ponto de partida, e não como determinantes, ao analisar a Cultura como construção social. Nesse sentido, compreender a Cultura requer uma abordagem crítica sobre suas expressões em tradições, valores, instituições e sistemas simbólicos.

Desta maneira, em 1930 a EF foi incorporada ao currículo escolar, tornando-se estruturante (Betti, 2009). Neste contexto, ela está posicionada como prática pedagógica. Por ser assim, segundo Franco (2016), trata-se de uma ação social situada na Cultura, essencial ao processo de ensino-aprendizagem.

Nos anos da década de 1940, as tentativas de Inezil Penna Marinho buscavam gabaritá-la como campo científico (Machado, 2024).

No entanto, conforme Manoel e Carvalho (2011) havia desafios à referida intenção, como: constituição epistemológica, afinidades múltiplas, legitimação acadêmica, reconhecimento como prática social e papel no ensino superior.

Neste contexto, no que tange à produção do conhecimento da área, nos primeiros anos dos Programas de Pós-graduação no Brasil, ocorreram consideráveis debates em relação a EF como área científica, devido à sua natureza híbrida e tensões entre os campos naturais, humanos e sociais.

Sendo assim, nos anos 1970 e início de 1980, surgiram os primeiros Programas de Pós-graduação no Brasil. A Universidade Federal de Santa Maria adotou a nomenclatura “Ciência do Movimento Humano”, estruturando seu currículo em Biomecânica, Fisiologia do Exercício, Aprendizagem Motora, Crescimento e Desenvolvimento (Manoel & Carvalho, 2011).

Neste âmbito, destaca-se a produção de João Batista Freire da Silva, mestrando no primeiro programa da área, fundado em 1977 na USP, com a dissertação “As relações entre o fazer e o compreender na prática da Educação Física” (Betti et al., 2011).

Até o final da década de 1980, é possível observar que a atividade física estava posicionada de maneira central à EF, sendo associada à saúde biológica e moral, visão reforçada pela associação entre esporte e rendimento, presente nas abordagens positivistas e ampliada pelo mercado (Bracht, 2023). Neste contexto, entre o final da década de 1980 e 1990 ocorreram consideráveis debates em relação a EF.

Em 1991, Kunz lança o livro: “Educação Física: ensino e mudanças”. A obra propõe reflexões sobre o “se-movimentar” humano, sustentada pela Fenomenologia. Segundo Almeida, Bracht e Guidetti (2013, p. 7), esse conceito remete a “relações significativas com o mundo, sendo concebido como um acontecimento onde o ser humano entra em diálogo com a realidade”.

No ano de 1992 é lançada a obra popularmente denominada “Coletivo de Autores”. Ao adotar o Materialismo Histórico-dialético como base epistemológica, nela é eleita a categoria Trabalho como central à compreensão da realidade. Nesta perspectiva, a Cultura Corporal emerge como oposição ao biologicismo de outrora. Para Escobar (1995, p. 94) a Cultura Corporal é “um amplo e riquíssimo campo da Cultura que abrange a produção de práticas expressivo-comunicativas, essencialmente subjetivas, que, como tal, externalizam-se pela expressão corporal”.

No âmbito do materialismo, a dimensão subjetiva não é posicionada como isolada ou interna ao indivíduo, mas como resultado da interação entre consciência, trabalho e realidade objetiva. Assim, significa a maneira como se constituem os sujeitos sociais, sobretudo em relação às condições materiais, históricas e coletivas.

No ano de 1994, Kunz apresenta a obra “Transformação didático-pedagógica do Esporte”, problematizando o conceito de Cultura Corporal, apresentando a Cultura de Movimento. Para o autor, essa expressão compreende a relação corpo-natureza-Cultura, sendo um saber em constante (re)construção ao longo da trajetória humana (Kunz, 2006).

A Fenomenologia introduz uma nova perspectiva sobre o corpo na EF, pautada na filosofia de Maurice Merleau-Ponty. Ela permite compreender a corporeidade como entidade sensível, dinâmica e expressiva (Almeida et al., 2013), contrariando modelos mecanicistas e dicotomias como corpo-alma ou movimento estereotipado sem intencionalidade.

Por ser assim, destacam-se as posições das bases epistemológicas envolvidas. O Materialismo Histórico-dialético analisa a sociedade a partir das contradições entre classes, enquanto a Fenomenologia foca na experiência humana como chave de compreensão dos fenômenos. Essa diferença teórica gera tensões na compreensão dos conceitos de Emancipação e Cultura.

Considerando que a Fenomenologia, assim como o Materialismo Histórico, também considera a subjetividade, destaca-se que, para a Fenomenologia, ela se refere a consciência intencional que constitui sentido e realidade, sempre em relação ao mundo e aos outros.

No âmbito das discussões emergentes em relação a concepção de EF, a revista Movimento também contribuiu para o aprofundamento do debate epistemológico, ao propor a questão: “O que é Educação Física?”, suscitando diferentes interpretações teóricas (Gaya, 1994). Entre elas, Bracht (1995, p. 2 grifo nosso) defende que é “necessário, de fato, reconhecer as diversas interpretações do termo EF e o significado social concreto que [vinha] adquirindo”.

Com as discussões do “Coletivo de Autores” e de Kunz, surgem, respectivamente, maneiras de compreender a EF, a partir das abordagens denominadas Crítico Superadora, com o Materialismo Histórico, e Crítico Emancipatória com a Fenomenologia.

Neste contexto, destaca-se a crítica de Taffarel e Morschbacher (2013) à abordagem Crítico Emancipatória. As autoras se articulam a partir de Tonet (2005), afirmando que a Emancipação deve emergir de uma totalidade que privilegia o Trabalho produtivo social

como elemento estruturante da ação política, afetiva e social. Nesse contexto, contrapõem-se Cultura Corporal e Cultura de Movimento, conforme suas epistemes.

Também em 1994, Mauro Betti publica o artigo “O que a semiótica inspira ao ensino da Educação Física”, propondo o conceito de Cultura Corporal de Movimento, que considera a EF como ambiente de apropriação e transformação das expressões culturais do movimento humano — como jogos, danças, ginásticas e esportes — valorizando a dimensão cultural do corpo e sua formação subjetiva.

Em 1995, Jocimar Daólio lança a obra “Educação Física e o conceito de Cultura”, reunindo diferentes concepções sobre Cultura na área, presentes nos trabalhos de Go Tani, João Batista Freire, Coletivo de Autores, Kunz, Bracht e Betti, demonstrando a pluralidade epistemológica que permeia o campo.

Daólio (1995) observa que, nos anos recentes à década de 1990, as nomenclaturas “Cultura Corporal”, “Cultura de Movimento”, “Cultura Física” e “Cultura Corporal de Movimento” tornaram-se categorias conceituais centrais nos debates acadêmicos da EF. Embora na contemporaneidade haja ampla produção de conhecimento relacionando EF e Cultura, os registros iniciais ainda apresentavam limitações quanto à forma como a ela perpassa a legislação, a produção, a interlocução e a comunicação do saber na área.

Para sistematizar as diferentes concepções de Cultura presentes na EF, elaborou-se o quadro 2, que explicita bases epistemológicas, características e implicações pedagógicas.

Quadro 2 – Concepções de Cultura em diferentes bases epistemológicas

AUTOR / OBRA	CONCEITO	BASE EPISTEMOLÓGICA	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS
Coletivo de Autores (1992) - Metodologia do Ensino da EF	Cultura Corporal	Materialismo Histórico-Dialético	Cultura como produção social vinculada ao trabalho. Ênfase nas contradições históricas e sociais. Corpo como expressão das condições materiais.	EF como prática crítica e superadora. Abordagem centrada na categoria Trabalho. Formação voltada à consciência social e política
Elenor Kunz (1994; 2006) - Transformação didático-pedagógica do Esporte	Cultura de Movimento	Fenomenologia (Trebel)	Movimento como experiência intencional e significativa. Corpo como entidade sensível e expressiva. Ênfase na subjetividade e no diálogo com o mundo.	EF como prática emancipatória. Valorização da experiência vivida. Ensino voltado à autonomia e criatividade.
Mauro Betti (1994) - O que a semiótica inspira ao ensino da EF	Cultura Corporal de Movimento	Semiótica Sociocultural	Movimento como linguagem e código simbólico. Corpo como mediador de significados culturais. Integração entre dimensões biológicas e culturais.	EF como espaço de apropriação e transformação cultural. Ênfase na pluralidade de práticas (Jogo, Dança, Esporte). Formação crítica e reflexiva.

Fonte: Elaborado a partir de Coletivo de Autores (1992), Kunz (1994, 2006) e Betti (1994)

Observa-se que, embora haja convergências na valorização da dimensão cultural, cada concepção parte de fundamentos distintos (materialistas, fenomenológicos, semióticos e socioculturais), o que gera tensões e pluralidade na prática pedagógica.

Nos anos seguintes, especialmente em 1996, a revista *Motus Corporis* promoveu um diálogo com Hugo Lovisolo, Go Tani e Mauro Betti. Lovisolo negava o status de disciplina acadêmica à EF; Tani defendia a adoção do termo Cinesiologia, em linha com Karl Newell; Betti propunha uma mediação entre ambas as posições, concebendo a EF como campo de intervenção pedagógica que deveria desenvolver teoria fundamentada em ciência (Manoel & Carvalho, 2011).

No entanto, Bracht (2003) alerta para o risco de uma excessiva cientificização da área, que pode distanciá-la de sua função pedagógica. Segundo o autor, a EF vinha adotando um modo dominante de produção científica, negligenciando a pesquisa voltada à prática educativa.

Nesse sentido, destaca-se a década de 1990 como um período fértil de discussões que se desdobram até os dias atuais. Em 1997, os PCNs foram lançados para orientar a educação básica. Nos PCNs específicos da EF, o termo “Cultura” e suas variações aparecem com frequência superior a “atividade física” ou “prática corporal”, o que denota sua centralidade conceitual.

Logo na introdução do documento, observa-se uma preocupação em delimitar o conceito, definido como:

[...] o conjunto de códigos simbólicos reconhecíveis pelo grupo: neles o indivíduo é formado desde o momento da sua concepção; nesses mesmos códigos, durante a sua infância, aprende os valores do grupo; por eles é mais tarde introduzido nas obrigações da vida adulta, da maneira como cada grupo social as concebe (Brasil, 1997, p. 23).

Além disso, o volume 10 dos PCNs é inteiramente dedicado à pluralidade cultural, demonstrando um compromisso explícito com a diversidade.

Para os PCNs (1997), a área da EF abrange saberes sociais sobre corpo e movimento humano. Entre eles, destacam-se práticas culturais voltadas para o lazer, a expressão de afetos e emoções e a promoção da saúde. Termos como “atividade física”, “exercício físico”, “prática corporal” e “Cultura Corporal” circundam o conceito de movimento humano — embora, curiosamente, o documento não cite a obra *Metodologia do Ensino da EF*, referência importante no debate a respeito de Cultura Corporal.

Ainda na década de 1990 houve a instituição de seu Conselho Federal (CONFEF), sob justificativa de regulamentar a EF. Cabe ponderar que a fragmentação da formação em “área escolar” e “não escolar” se deu em um ambiente de políticas neoliberais gerando o termo “profissional de EF”, distanciando a prática pedagógica do(a) Professor(a) de EF do contexto não escolar; estabeleceu-se assim, cenário de conflitos identitários para a categoria.

Dias Júnior e Lima (2011) apontam que a regulamentação não garante benefícios sociais e pode reforçar a exploração. A lógica mercadológica desloca o foco da formação integral para demandas produtivas. Para além disso, Marques e Figueira (2014) reforçam que os desafios epistemológicos da área antecedem a regulamentação recém-mencionada.

O argumento que se reforça aqui é a distinção entre regulamentação e legitimação da EF. O movimento humano, objeto de estudo em diversos campos, deve ser compreendido em sua função educativa, origem dos problemas epistemológicos da área. Bracht (2023), afirma que a legitimação da EF exige fundamentos educacionais sólidos, e não imposições legais.

Em 2017 e 2018, foram lançadas as versões da BNCC para o ensino fundamental e médio, respectivamente. No documento, afirma-se que as práticas corporais devem ser compreendidas como fenômenos culturais dinâmicos, diversos, pluridimensionais e contraditórios, sob objetivo de promover a autonomia dos estudantes na apropriação da Cultura Corporal de Movimento, favorecendo sua atuação autoral na sociedade (Brasil, 2018).

Ao longo da BNCC, para tratar do movimento humano, são utilizados os termos "atividade física", "exercício físico" e "Cultura Corporal de Movimento" — esta última substituindo a "Cultura Corporal" nos PCNs. No entanto, diferentemente dos PCNs, a BNCC não dedica uma seção específica à pluralidade cultural, tampouco menciona autores como Elenor Kunz e Mauro Betti, mesmo sendo o termo adotado próximo às discussões dos autores recém-mencionados.

A substituição de "Cultura Corporal" por "Cultura Corporal de Movimento", anunciada como conexão entre os documentos, ocorre sem os mesmos investimentos conceituais feitos nos PCNs. Embora a Cultura seja mencionada como eixo central da BNCC, seu aprofundamento teórico é menos evidente.

Durante o processo de elaboração da BNCC, Marcos Garcia Neira publicou, em 2017, o artigo “O currículo cultural da Educação Física: pressupostos, princípios e orientações didáticas”. Nele, propôs situar a proposta curricular cultural, explicitar seus fundamentos teóricos, extrair princípios para a docência e formular procedimentos didáticos que a caracterizassem.

No que tange a formação inicial, com a expansão do mercado, instituições públicas passaram a ofertar cursos de Bacharelado, mas mantêm a Licenciatura como modalidade formativa (Betti; Ferraz; Dantas, 2011). Entretanto, defende-se que a formação deve preservar o caráter pedagógico e social, evitando práticas triviais. Reputa-se que, apesar da expansão do Bacharelado, sua inserção na saúde pública é limitada, mesmo com evidências sobre sua contribuição ao Sistema Único de Saúde (SUS) (Silva et al, 2010b).

Nesse sentido, a formação profissional deve ser orientada pela especificidade pedagógica da área, aqui entendida como ação social imersa na Cultura, aplicando-se à educação, saúde e esporte (Moreira; Chaves; Simões, 2017). Entretanto, o que se verifica é que a EF vem se legitimando sobre uma produção científica mais voltada à Saúde. Essa situação se intensifica ao considerar que a EF ainda não integra estruturalmente o SUS, mas é presente, desde muito antes, nas Escolas.

A predominância da produção científica na subárea Biodinâmica é evidenciada por Carneiro, Neto e Santos (2020), que descrevem temas recorrentes como Bioquímica do Exercício, Biomecânica, Fisiologia do Exercício, Controle Motor e Nutrição Esportiva — todos ancorados nas Ciências Naturais. Inicialmente, essa orientação justificou a alocação da EF na Área 21 da CAPES. Desde 2016, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) liderou a iniciativa de estruturar discussões a respeito da EF escolar, a partir do Programa de Mestrado Profissional em EF-ProEF, com a linha: "Educação Física Escolar", sendo organizado em rede nacional, atualmente presente em 27 instituições de ensino superior.

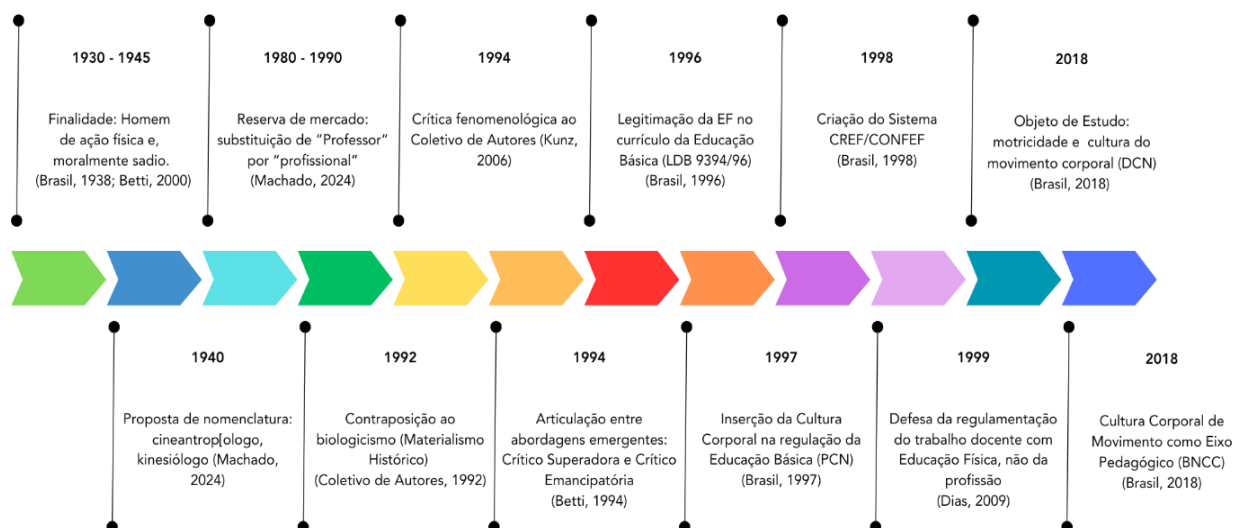
Todavia, em 2023, a CAPES criou a Área 51 — Ciências e Humanidades para a Educação Básica —, destinada à formação de professores da rede pública. Essa inovação potencializou os Programas de Pós-graduação em Rede em EF Escolar (ProEF), com foco no mestrado profissional. A iniciativa contempla atualmente 13 redes e 416 instituições associadas, conforme dados da Plataforma Sucupira (Brasil, 2025).

Segundo dados da Plataforma Sucupira (2025), entre os 28 Programas de Pós-graduação em EF no Brasil, 9 evidenciam a Cultura em suas linhas de pesquisa, o que revela uma crescente valorização do conceito na constituição epistemológica da área.

Estando como último documento oficial lançado, com objetivo de reger o ensino da EF escolar, concorda-se que os conceitos Cultura e Cultura Corporal, na BNCC, “deveriam ter sido explicados, pois, a depender do referencial adotado, refletir-se-ão sobre a prática pedagógica de diferentes maneiras” (Neira, 2023, p. 222).

Com base nos achados deste estudo, propõe-se a imagem 2 que sintetiza os percursos e compreensões históricas da EF, suas divergências internas e o tratamento da Cultura na área.

Imagem 2 – Extrato de percursos da EF



Fonte: Elaboração própria (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o percurso investigativo, observou-se que a EF, inserida em contextos históricos e políticas educacionais, revela tensões entre seu objeto de estudo — o movimento humano — e os significados culturais que o atravessam. Ainda que o conceito de Cultura tenha estado presente em documentos, produções acadêmicas e práticas pedagógicas, sua abordagem nem sempre se deu de forma crítica.

A identificação da Cultura como eixo analítico tornou possível discutir temas como o biologicismo, a docilização dos corpos e os limites das normativas institucionais. Defende-se que sem essa leitura cuidadosa, corre-se o risco de perpetuar concepções estéticas, funcionais e utilitaristas que enfraquecem a EF como ação educativa plural e reflexiva.

Na produção científica contemporânea, a área da Saúde assume protagonismo, em especial nas abordagens biodinâmicas. Contudo, são os campos fenomenológico, sociocultural e pedagógico que têm sustentado as reflexões a respeito da integralidade do corpo em sua relação com a Cultura, com impactos relevantes para a prática social.

Reconhece-se, portanto, a existência de distrações epistemológicas que, ao longo do tempo, moldaram interpretações simplistas em relação ao corpo, movimento e Cultura. Tais lacunas reforçam a urgência de aprofundar a discussão teórica no referente a articulação entre

Cultura e movimento humano, sobretudo no âmbito da educação básica, espaço que acolhe milhões de estudantes e é destinatário último da comunicação do conhecimento produzido pela área.

Assim, a análise mostra que a falta de evidenciação conceitual a respeito de Cultura repercute diretamente no cotidiano. Sem intencionar a unificação da concepção sobre a área, expõe-se, a partir dos argumentos apresentados, a preocupação com os corpos que experienciarão as diferentes práticas pedagógicas contextualizadas na EF escolar. Afirma-se, com isso, a relevância de um posicionamento onto-epistemológico comunal (popular) a respeito da definição e aplicação dos conceitos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Felipe. Q de.; BRACHT, Valter.; GHIDETTI, Filipe. F. A presença da fenomenologia na educação física brasileira: implicações para o estudo do corpo e outras problematizações. **Educación Física y Ciencia**, v. 15, n. 2, p. 1-16, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=439942658001>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- BETTI, Mauro. **Educação Física e Sociedade**. Ijuí: Editora Unijuí, 1994.
- BETTI, Mauro. O que a semiótica inspira ao ensino da educação física. **Discorpo**, v. 3, n. 1, p. 25-45, São Paulo, 3 out. 1994.
- BETTI, Mauro.; FERRAZ, Osvaldo. L.; DANTAS, Luiz. E. P. B. T. Educação Física Escolar: estado da arte e direções futuras. **Revista Brasileira de Educação Física e Esportes**. v. 25, n. Esp., p. 105 – 115, 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/fXMBxzhw98N3yfWyZfMhxDf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de mar. de 2024.
- BRACHT, Valter. **Educação Física e aprendizagem social**. Ijuí: Editora, 2023.
- BRACHT, Valter. **Educação Física e Ciências: cenas de um casamento (in)feliz**. Ijuí: Editora, 2014.
- BRACHT, Valter. Mas, afinal, o que estamos perguntando com a pergunta: "o que é educação física". **Movimento**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2007. DOI: 10.22456/1982-8918.2188. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2188>. Acesso em: 15 mai. 2025.
- BRACHT, Valter. **Pesquisa em ação: educação física na escola**. Ijuí: Unijuí, 2003.
- BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em Educação Física**. Brasília, 2018.
- BRASIL, M. da Ed. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação** – Cadastro e-MEC. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 de jul. de 2023.
- BRASIL, M. da Ed. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/>. Acesso em: 13 de mai. de 2025.

BRASIL. M. da Ed. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. M. da Ed. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**: MEC/SEF, 1997.

CARNEIRO, Felipe. B.; NETO, Amarílio. F.; SANTOS, Wagner dos. Ciências e a Educação Física no Brasil: análise das citações utilizadas nos artigos das subáreas biodinâmica do movimento e sociocultural e pedagógica. (Ciencia y Educación Física en Brasil: Análisis de las Citas Utilizadas en los Artículos de los Sub Campos. **Retos: Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación**, [S. l.], v. 38, p. 645–653, 2020. Disponível em: <https://revistaretos.org/index.php/retos/article/view/77634> Acesso em: 10 de mar. de 2024.

CASTELLANI, Lino. **Educação Física no Brasil: a História que Não se Conta**. Campinas: Papirus, 1989.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CRESWELL, John. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAOLIO, Jocimar. **Educação Física e o Conceito de Cultura**. Campinas: Autores Associados, 1995.

DIAS Júnior. É. M.; LIMA, Thiago. F de. **MNCR: 10 anos na luta pela regulamentação do trabalho**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

ESCOBAR, Michele. O. Cultura corporal na escola: tarefas da educação física. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 8, p. 91–102, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/22600>. Acesso em: 15 mai. 2025.

FRANCO, M. A. do R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set/dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVSPzTq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 de mai. de 2025.

ESCOBAR, Micheli Ortega. Cultura corporal na escola: taferas da educação física. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 8, p. 91–102, 1995. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/22600>. Acesso em: 15 mai. 2025.

GAYA, Adroaldo. Mas afinal, o que é educação física? **Movimento**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 29–34, 1994. DOI: 10.22456/1982-8918.2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2012>. Acesso em: 15 mai. 2025.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático pedagógica do esporte**. 7. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

MACHADO, Rogério. T. M. Regulamentação da profissão ou do trabalho? Os movimentos de 1940 e 1980/1990 na Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 46, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/G7NhKVR56PYT8YhFKNMjZYp/?lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2025.

MANOEL, Edison de J.; CARVALHO, Yara. M. de. Pós-graduação na educação física brasileira: a atração (fatal) para a biodinâmica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 389-406, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011000200012>. Acesso em: 17 out. 2025.

- MARQUES, Fabíola Borel; FIGUEIREDO, Zenólia Christina Campos. Diretrizes curriculares nacionais e suas repercussões nos currículos de formação docente em Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 30–43, 2014. DOI: 10.5007/2175-8042.2014v26n43p30. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2014v26n43p30>. Acesso em: 15 mai. 2025.
- SAINT MARTIN, Monique de. A noção de campo em Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [S. l.], v. 10, n. 26, 2023. DOI: 10.20336/rbs.910. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/910>. Acesso em: 15 mai. 2025.
- MOREIRA, Wagner Wey; CHAVES, Aline Dessupoio; SIMOES, Regina Maria Rovigati. Corporeidade: uma base epistemológica para a ação da Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 50, p. 202–212, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n50p202>. Acesso em: 15 mai. 2025.
- NEIRA, Marcos. G. **Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2023.
- SILVA, Francisco. M. da (org.); AZEVEDO, Luciene. F; OLIVEIRA, Antonio. C. C de; LIMA, Jorge. R. P de; MIRANDA, Marcelo. F. **Recomendações sobre condutas e procedimentos do profissional de Educação Física na Atenção Básica à Saúde**. Rio de Janeiro: CONFEE, 2010b. 48 p.
- SILVA, Sanderson Soares; SOUZA, Cleene Tavares; BARROS, Maria Maciele Gomes; SANTOS, Ana Raquel Mendes; GEHRES, Adriana Faria. Produção do conhecimento em Educação Física nas pesquisas com abordagens qualitativas: áreas de conhecimento e temáticas. **Movimento**, [S. l.], v. 28, p. e28033, 2022. DOI: 10.22456/1982-8918.118375. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/118375>. Acesso em: 15 mai. 2025.
- SOARES, Carmem. L. (Org.). **Pesquisas sobre o corpo: ciências humanas e educação**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- TAFFAREL, Celi. Z.; MORSCHBACHER, Márcia. **Crítica à teoria crítico-emancipatória: um diálogo com Elenor Kunz a partir do conceito de emancipação humana**, 2013.
- THOMPSON, Edward. P. **Costumes em Comum: Estudos sobre Cultura Popular Tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- XAVIER, Alexandre G. Análise da escola burguesa através do pensamento de Nietzsche. **Periagoge**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 1–15, 2019. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/periagoge>. Acesso em: 17 out. 2025.

Recebido em: 05 dez. 2025.

Aprovado em: 02 fev. 2026.

Publicado em: 12 fev. 2026.